



ID: 116083256

12-03-2025

António Fidalgo – Sindicato Democrático dos Professores dos Açores

“Durante várias décadas a profissão de docente foi desvalorizada, o que resultou numa dificuldade crescente em atrair jovens para a carreira”

Perante o Plano de Priorização da Leccionação, o Sindicato Democrático dos Professores contesta o “reajustamento dos lugares de quadro através da transferência”. Para António Fidalgo, Presidente da Direcção do Sindicato, “o excedente de docentes deveria ser analisado com base nas necessidades do próximo ano lectivo, após o concurso interno de afectação”. Apesar do reconhecimento em relação aos incentivos à fixação, o Sindicato considera insuficiente para combater a problemática da falta de professores.

Correio dos Açores - No contexto da apresentação do Plano de Priorização da Leccionação, fala-se de um excedente de professores para uma escola do mesmo concelho onde exista um défice dos mesmos. Que impacto tem na vida dos docentes, neste caso, das ilhas de São Miguel e Terceira?

António Fidalgo (Sindicato Democrático dos Professores dos Açores) - Fomos informados do que é a intenção da Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto no reajustamento dos lugares de quadro através da transferência. Nós opusemo-nos frontalmente à adopção deste mecanismo.

A falta de docentes nas escolas pode, em casos pontuais, resultar em excedentes de um ou dois professores em determinados grupos disciplinares. Contudo, acreditamos que a estabilidade do corpo docente deve ser assegurada por meio de concursos que atendam às necessidades permanentes e não permanentes das escolas. Recorrer à transferência de docentes de forma permanente antes da abertura do concurso interno em 2025/2026 põe em risco as expectativas dos professores que aguardam vagas de acordo com a sua graduação profissional. Mesmo que a medida tenha sido aplicada de forma rigorosa, consideramos que este excedente deveria ser analisado com base nas necessidades do próximo ano lectivo, após o concurso interno de afectação.

Em relação à fixação de professores em ilhas de menor dimensão e as respectivas condições do apoio, qual é a posição do Sindicato?

Em relação à fixação de professores em ilhas de menor dimensão, sempre defendemos a criação de incentivos para atrair e fixar docentes. Embora o Estatuto preveja a atribuição de incentivos, na prática, estes nunca foram devidamente aplicados, muitas vezes por falta de vontade política. Apesar disso, saudamos a recente decisão de avançar com incentivos para o próximo ano lectivo. Contudo, acreditamos que os incentivos anunciados para algumas ilhas, como o Corvo, Flores, Graciosa, Santa Maria e São Jorge, são insuficientes para resolver o problema de fixação de docentes. A medida deve ser alargada a um número maior de docentes e a mais grupos disciplinares, caso contrário continuaremos a lidar com situações pontuais que não resolvem a questão de fundo. A falta de professores persiste em várias ilhas do arquipélago, ano após ano.

Durante todo o ano lectivo, observa-se no Banco de Emprego Público dos Açores a constante procura de professores por via da contratação. Quais são as razões para este fenómeno? Estamos a falar, na maioria das vezes, de baixas médicas?



António Fidalgo: “O problema não está nas baixas médicas, como se costuma sugerir, mas sim na falta de atractividade da carreira docente”

A falta de professores não é um problema exclusivo dos Açores, mas sim uma realidade nacional e até europeia. Durante várias décadas, a profissão de docente foi desvalorizada, o que resultou numa dificuldade crescente em atrair jovens para a carreira. Embora o Ministério tenha anunciado a abertura de mais vagas para cursos de ensino, não observamos uma adesão significativa por parte dos jovens. O envelhecimento do corpo docente e a sobrecarga de trabalho, tanto pedagógico como burocrático, são também factores que agravam a situação.

A estabilidade e atractividade da profissão exigem, entre outras medidas, a presença de professores no quadro de escola próximos das suas áreas de residência. Continuamos a ser contra o recurso a professores não profissionalizados para colmatar estas lacunas. A falta de candidatos nos concursos internos e externos é visível, reflectindo a desvalorização da profissão. O problema não está nas baixas

médicas, como se costuma sugerir, mas sim na falta de atractividade da carreira docente. Sem uma acção mais contundente para valorizar a profissão, continuaremos a enfrentar sérias dificuldades em preencher as vagas disponíveis.

Que esforços é que deveriam ser feitos para uma maior formação de professores?

No que diz respeito à formação de professores, a solução não é facilitar o acesso à profissão, mas planejar adequadamente a formação a médio e longo prazo, com base nas necessidades do sector. As universidades devem ajustar a oferta de vagas para evitar a formação excessiva de professores. De facto, o número de reformas a ocorrer até 2030 é significativo, o que exige a abertura de novas vagas de forma planeada. No entanto, para atrair candidatos, será necessário valorizar a profissão e melhorar o sistema remuneratório,

“A melhoria das condições de trabalho, incluindo a redução da componente lectiva por tempo de serviço e idade, deve ser uma prioridade. O aumento da carga de trabalho e a crescente burocracia são causas de exaustão para os professores, o que afecta negativamente a qualidade do ensino...”

pois os professores têm sido das classes profissionais mais afectadas pelo congelamento salarial e pela perda do poder de compra.

Para o Sindicato Democrático dos Professores, qual deve ser a principal prioridade para a educação na Região?

Actualmente, a prioridade para a educação na Região deve ser o alargamento dos incentivos à atracção e fixação de professores. É também urgente a revisão do regulamento de concursos, para garantir um processo justo e equilibrado, que responda às necessidades do sistema educativo e dos candidatos. Além disso, a melhoria das condições de trabalho, incluindo a redução da componente lectiva por tempo de serviço e idade, deve ser uma prioridade. O aumento da carga de trabalho e a crescente burocracia são causas de exaustão para os professores, o que afecta negativamente a qualidade do ensino.

A educação é um factor essencial para o progresso económico e social. Para promover o sucesso dos alunos e a qualidade dos projectos pedagógicos, é imprescindível que as escolas disponham dos recursos necessários. Investir nos profissionais de educação, melhorar as condições de trabalho e promover a valorização da profissão são passos fundamentais para melhorar a educação e garantir o sucesso do sistema educativo.

O Sindicato Democrático dos Professores defende que a educação deve ser uma prioridade para as políticas públicas da Região, com um investimento consistente na formação, atracção e fixação de docentes, e na melhoria das condições de trabalho e remuneratórias. A falta de professores não será resolvida com medidas pontuais: é necessário um compromisso sólido para valorizar a profissão e garantir a qualidade da educação nas escolas.

José Henrique Andrade